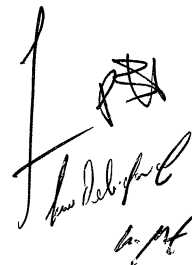


- (a) CASA SACERDOTAL DA DIOCESE DO PORTO
- (b) Rua da Boa Nova, 105
4050 – 101 Porto
- (c) Apoio Social a Idosos

ANEXO

AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO PERÍODO DE 2021

- (a) Designação da entidade
- (b) Domicílio da entidade
- (c) Natureza da atividade



1 – Identificação da Instituição

A Casa Sacerdotal da Diocese do Porto é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), registo nº 12/06 com publicação do Diário da República, Série II, nº 165 de 28 de Agosto de 2006.

A sua sede fica localizada na Rua da Boa Nova, nº 105, 4050-101, na União de freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, concelho do Porto.

Inaugurada em Julho de 2005 pelo então Bispo do Porto, Sr. D. Armindo Lopes Coelho, a Casa Sacerdotal da Diocese do Porto foi construída com o objectivo de garantir alojamento e cuidados de saúde aos sacerdotes idosos da diocese, no outono das suas vidas.

A missão da Casa Sacerdotal da Diocese do Porto é prestar um serviço de elevada qualidade de modo controlado, normalizado, rigoroso e solidário, adequado a cada utente e respondendo às suas necessidades.

Valorizam um clima de afeto, cuidando de cada utente com o máximo respeito e dignidade, dando prioridade à humanização. Os seus valores fundamentais são:

- Respeito
- Confiança
- Responsabilidade
- Solidariedade
- Rigor
- Eficiência

2 – Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovada pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março. No anexo II do referido Decreto-Lei é feita referência que o Sistema de Normalização para as Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) - Portaria nº 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de Março;

- Normas Interpretativas (NI)

3 – Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 – Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram apresentadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 – Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível de operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 – Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem, satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento, sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas de “Devedores e Credores por acréscimos” e “Diferimentos”

3.1.3 – Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período económico para o outro, quer a nível da apresentação quer a nível dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza, estando nestes casos, devidamente identificados e justificados neste anexo. Deste modo é fornecida informação fiável e mais relevante para os utentes.



1
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

3.1.4 – Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 – Compensação

Os ativos e passivos, e os rendimentos e gastos, não são compensados. Devido à sua importância os ativos e passivos e os rendimentos e gastos são relatados separadamente.

3.1.6 – Informação comparativa

A informação comparativa é divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a melhor compreensão das demonstrações financeiras do período corrente. Por alteração de políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

3.2 – Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição agrega o custo de compra e outros custos diretamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os ativos no local e nas condições necessárias à sua total operacionalidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com a manutenção, conservação e reparação dos ativos são registadas como gastos do período em que são verificadas, exceto quando estas despesas são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Anexo ao Balanço e às Demonstrações Financeiras de 2021

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se apresentam na tabela abaixo transcrita:

Descrição	Anos de vida útil estimada
Equipamento básico	6 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento informático	5 anos
Outros activos fixos tangíveis	6 anos

3.2.2 – Inventários

Os Inventários estão registados ao custo de aquisição. Este custo inclui as despesas incorridas desde a compra até ao seu armazenamento. A fórmula de custeio utilizada é o FIFO e o sistema de inventário utilizado é intermitente. As quantidades de cada bem a inventariar são registadas a 31 de Dezembro de cada ano.

3.2.3 – Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros correspondem às participações da Entidade no Fundo de Compensação do Trabalho (FCT). Este FCT corresponde à participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades dos novos contratos de trabalho, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

As contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de ajuda financeira ao pagamento das indemnizações aquando a cessação dos contratos de trabalhos dos funcionários.

3.2.4 – Clientes e outras contas a receber

Os Clientes e as Outras Contas a Receber, encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas são reconhecidas, para que desta forma seja espelhado o valor realizável líquido.

3.2.5 – Caixa e depósitos bancários

A rubrica Caixa e Depósitos Bancários, inclui o montante existente em caixa, assim como os valores dos depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco de alterações de valor.

3.2.6 – Fornecedores e outras contas a pagar

Os valores registados nas contas de Fornecedores e Outras Contas a Pagar são contabilizados pelo seu valor nominal.

1
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

3.2.7 – Fundos patrimoniais

A rubrica Fundos Patrimoniais, revela o interesse residual nos ativos após a dedução dos passivos. Estes Fundos são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros,
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 – Impostos sobre o rendimento

Nos termos da alínea b) do nº 1 do artº 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas.

4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificam quaisquer efeitos resultantes de alterações voluntárias em políticas contabilísticas.

5 – Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e 2021, mostrando as adições, os abates, as alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31/12/2020	Adições	Abates	Transf.	31/12/2021
Equipamento básico	54.351,74	3.961,09			58.312,83
Equipamento administrativo	4.123,61				4.123,61
Outros activos fixos tangíveis	18.559,26	4.318,86			22.878,12
Ativo Tangível Bruto	77.034,61	8.279,95			85.314,56
Depreciações acumuladas:					
Equipamento básico	35.739,30	6.366,24			42.105,54
Equipamento administrativo	3.612,14	364,08			3.976,22
Outros activos fixos tangíveis	4.920,70	3.173,72			8.094,42
Depreciações Acumuladas	44.272,14	9.904,04			54.176,18
Ativo Tangível Líquido	32.762,47				31.138,38

6 – Inventários

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica de inventários apresentava os seguintes valores:

Rubrica	31/12/2021	31/12/2020
Mercadorias	682,05	97,91
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3.107,26	6.367,15
Total	3.789,31	6.465,06

No que respeita ao cálculo do custo das mercadorias, dos géneros alimentares e matérias subsidiárias e de consumo, reconhecido como gasto do período dos anos de 2021 e de 2020, detalhamos esse cálculo no quadro abaixo:

Descrição	Mercadorias 2021	Mercadorias 2020	Mat. Primas, Sub. Cons 2021	Mat. Primas, Sub. Cons 2020
Saldo Inicial	97,91	1.627,85	6.367,15	730,75
Compras	9.110,67	6.823,19	44.119,04	49.547,65
Saldo Final	682,05	97,91	3.107,26	6.367,15
Custo do período	8.526,53	8.353,13	47.378,93	43.911,25

7 – Réditos

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos como réditos os seguintes:

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020
Venda de Mercadorias	9.926,70	9.057,45
Venda de Fraldas e produtos higiene/limpeza	9.926,70	9.057,45
Prestação de Serviços	234.884,00	195.646,00
Quotas dos utilizadores	234.884,00	195.646,00
Outros Rendimentos e Ganhos	10.028,80	9.897,16
Desconto de pronto pagamento obtido	137,96	97,16
Outros (Jóia utilização apartamento)	0,00	0,00
Restituição de impostos (IVA)	0,00	0,00
Imputação de subsídios p/ investimentos	9.800,00	9.800,00
Correções de períodos anteriores	90,84	0,00
Outros	0,00	0,00
Ganhos por Aumentos de Justo Valor	40,44	0,00
Ganhos por aumento justo valor financeiros	40,44	0,00
Juros	1,52	8,66
Depósitos bancários	1,52	8,66
TOTAL	245.881,46	214.600,61

8 – Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

CASA SACERDOTAL DA DIOCESE DO PORTO

Anexo ao Balanço e às Demonstrações Financeiras de 2021

[Handwritten signature and initials]

Rubricas	2021	2020
Subsídios de outras entidades:	175.929,50	175.000,00
IAPMEI (Apoio ao Salário Mínimo)	929,50	0,00
Irmandade dos Clérigos	175.000,00	175.000,00
Doações e heranças:	16.951,94	10.431,69
Consignação IRS	488,81	271,91
Donativos Particulares	16.463,13	10.159,78
Legados	0,00	0,00
TOTAL	192.881,44	185.431,69

9 – Benefícios dos Empregados

Os membros que compõem os órgãos diretivos de forma voluntária são seis. A Direção é composta por 3 elementos: Presidente, Tesoureiro e Secretário. O Conselho Fiscal é composto por 3 elementos.

O número médio de funcionários ao serviço da Entidade foram de 17 em 2021 e em 2020.

Os valores referentes aos gastos com o pessoal, que a entidade registou em 2021 e em 2020, foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações ao pessoal	200.839,56	182.386,89
Benefícios Pós Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	149,88	438,22
Encargos sobre as remunerações	44.571,36	40.395,30
Seguros de acidentes no trabalho	2.823,25	2.533,03
Outros gastos com o pessoal	664,85	3.714,46
TOTAL	249.048,90	229.467,90

10 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do art. 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei nº 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação contributiva da Entidade perante a Segurança Social está devidamente regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 – Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e de 2020, a Instituição possuía os seguintes investimentos financeiros:

Descrição	2021	2020
Outros Investimentos Financeiros	3.738,60	3.315,41
FCT	3.738,60	3.315,41
TOTAL	3.738,60	3.315,41

12 – Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, a rubrica Diferimentos englobava os seguintes valores:

Descrição	2021	2020
Gastos a Reconhecer		
Obras Ano de 2017	21.138,28	21.597,81
Obras Ano de 2018	506.043,83	517.172,08
Obras Ano de 2019	34.360,57	35.262,44
Seguro de acidentes de trabalho	3.184,77	2.823,25
Seguro automóvel	866,97	836,14
Outros gastos diferidos	354,07	439,43
TOTAL	565.948,49	578.131,15
Rendimentos a Reconhecer		
Mensalidades do ano seguinte	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00

13 – Caixa e Depósitos Bancários

As contas de Caixa e de Depósitos Bancários, a 31 de dezembro de 2021 e de 2020, registavam os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	1,47	2.915,93
Depósitos à ordem	104.219,55	2.200,07
TOTAL	104.221,02	5.116,00

14 – Fundos Patrimoniais

Na rubrica de Fundos Patrimoniais ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Resultados transitados	162.257,66		8.583,51	153.674,15
Ajust. em Subsídios	462.600,00		9.800,00	452.800,00
TOTAL	624.857,66	28.053,54	9.800,00	606.474,15

15 – Clientes

O saldo da rubrica de Clientes a 31 de dezembro de 2021 e de 2020, é apresentado no seguinte quadro:

Descrição	2021	2020
Clientes c/c		
Clientes	26.255,31	9.352,03
TOTAL	26.255,31	9.352,03

16 – Fornecedores

O saldo da conta de Fornecedores a 31 de dezembro de 2021 e de 2020, é apresentado no seguinte quadro:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c		
Fornecedores	26.306,86	27.659,61
TOTAL	26.306,86	27.659,61

17 – Estado e Outros Entes Públicos

A 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o saldo da rubrica Estado e Outros Entes Públicos, estava composta da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
IVA – restituição de IVA	2.307,05	2.713,81
TOTAL	2.307,05	2.713,81
Passivo		
Retenção na fonte de IRS	1.449,00	736,00
Segurança Social	5.070,66	9.529,46
FCT/FGCT	78,64	80,85
TOTAL	6.598,30	10.346,31

18 – Outras Contas a Pagar e a Receber

A rubrica Outras Contas a Pagar desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	Não Corrente 2021	Corrente 2021	Não Corrente 2020	Corrente 2020
Credores por Acréscimo		31.882,54		30.970,27
Remunerações a liquidar		27.082,01		29.122,16
Outras despesas diferidas		4.800,53		1.848,11
Outros Credores		10.500,53		7.265,59
Outros Credores		315,00		0,00
Outros Credores - Utentes		10.185,53		7.265,59
TOTAL – Outros Passivos		42.383,07		38.235,86
Outros Devedores		35.000,00		54.660,00
António Augusto Marques		0,00		4.660,00
Irmandade dos Clérigos		35.000,00		50.000,00
Pessoal		324,64		0,00
TOTAL – Outros Ativos		35.324,64		54.660,00

19 – Financiamentos Obtidos

Anexo ao Balanço e às Demonstrações Financeiras de 2021

O saldo da rubrica de Empréstimos Obtidos a 31 de dezembro de 2021 e de 2020, é apresentado no seguinte quadro:

Descrição	2021	2020
Financiamentos Obtidos		
Empréstimo Bancário – Montepio Geral – 100.000,00 Euros a 10 anos	100.000,00	0,00
TOTAL	100.000,00	0,00

20 – Fornecimentos e Serviços Externos

A distribuição da conta de Fornecimentos e Serviços Externos, no final de 2021 e de 2020, estava organizada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Serviços especializados:	43.043,91	35.231,14
Trabalhos especializados	16.694,33	15.858,66
Vigilância e segurança	1.375,61	101,60
Honorários	6.195,00	1.870,00
Conservações e reparações	18.309,37	17.211,28
Serviços bancários	469,60	189,60
Materiais	7.195,34	7.111,34
Energia e fluídos:	35.431,38	35.595,90
Eletricidade	15.379,59	15.503,43
Combustíveis	596,25	162,38
Água	7.169,18	6.850,30
Gás	12.286,36	13.079,79
Deslocações, estadas e transportes	0,00	0,00
Serviços diversos:	44.983,24	36.571,24
Rendas e Alugueres	155,12	155,12
Comunicação	1.979,28	1.913,73
Seguros	1.824,60	941,24
Limpeza, higiene e conforto	6.501,78	8.632,30
Outros serviços	34.522,46	24.928,85
Encargos com utentes	5.846,17	3.091,82
TOTAL	136.500,04	117.601,44

De realçar que o valor de “Outros Serviços” de 34.522,46 inclui o condomínio da Torre da Marca no montante de 28.675,30. A Irmandade dos Clérigos comparticipa com 25.000,00 para compensar este custo adicional da Casa Sacerdotal.

21 – Perdas por justo valor e Outros Gastos e Perdas

A rubrica de Outros Gastos e Perdas encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Perdas por diminuições de justo valor	0,00	0,00
Impostos	417,10	372,60
Correções relativas a períodos anteriores	5.026,94	0,00

Outros gastos e perdas	0,00	1.188,71
Outros Gastos	5.444,04	1.561,31

22 – Acontecimentos após Data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras e de Balanço de 31 de dezembro de 2021.

Após o fecho do período e até este momento não se registaram outros acontecimentos que possam modificar de forma significativa a situação apresentada neste anexo.

Porto, 16 de maio de 2022

O Contabilista Certificado

A Direção

Paulo Sérgio Santos da Rocha

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

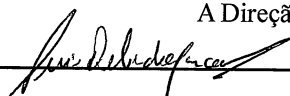
Casa Sacerdotal da Diocese do Porto
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 507600274

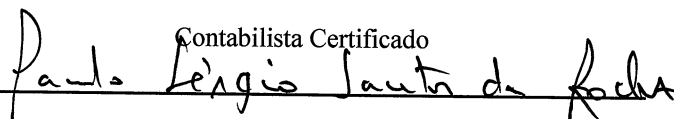
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2021	31 DEZ 2020
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	31 138,38	32 762,47
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	11	3 738,60	3 315,41
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		34 876,98	36 077,88
Activo corrente			
Inventários	6	3 789,31	6 465,06
Créditos a receber	15	26 255,31	9 352,03
Estado e outros entes públicos	17	2 307,05	2 713,81
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	12	565 948,49	578 131,15
Outros ativos correntes	18	35 324,64	54 660,00
Caixa e depósitos bancários	13	104 221,02	5 116,00
		737 845,82	656 438,05
Total do ativo		772 722,80	692 515,93
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	14	153 674,15	162 257,66
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	14	452 800,00	462 600,00
		606 474,15	624 857,66
Resultado líquido do período		-9 039,58	-8 583,51
Total dos fundos patrimoniais		597 434,57	616 274,15
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	19	100 000,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		100 000,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	16	26 306,86	27 659,61
Estado e outros entes públicos	17	6 598,30	10 346,31
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes	18	42 383,07	38 235,86
		75 288,23	76 241,78
Total do passivo		175 288,23	76 241,78
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		772 722,80	692 515,93

A Direção



Contabilista Certificado





DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

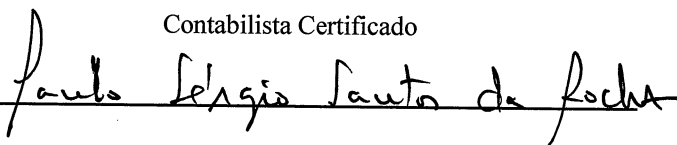
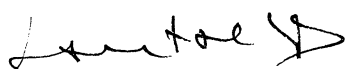
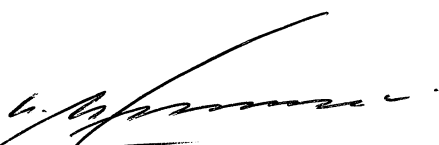
Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	7	244.810,70	204.703,45
Subsídios, doações e legados à exploração	8	192.881,44	185.431,69
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	55.905,46	52.264,38
Fornecimentos e serviços externos	20	136.500,04	117.601,44
Gastos com o pessoal	9	249.048,90	229.467,90
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	7	-40,44	0,00
Outros rendimentos	7	10.028,80	9.897,16
Outros gastos	21	5.444,04	1.561,31
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		862,94	-862,73
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	9.904,04	7.729,44
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-9.041,10	-8.592,17
Juros e rendimentos similares obtidos	7	1,52	8,66
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-9.039,58	-8.583,51
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-9.039,58	-8.583,51

A Direção



Contabilista Certificado

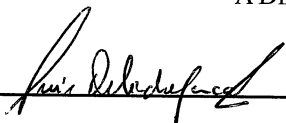
Casa Sacerdotal da Diocese do Porto
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

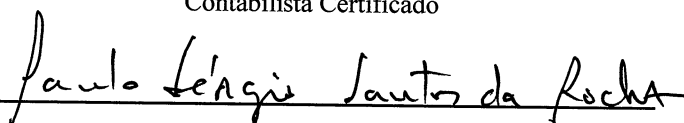
Moeda: (Valores em Euros)

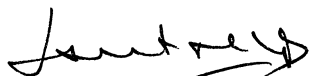
RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		228 626,19	190 294,50
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		190 038,36	181 119,41
Pagamentos ao pessoal		165 648,36	151 980,59
Caixa gerada pelas operações		-127 060,53	-142 805,50
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		110 220,41	63 860,39
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-16 840,12	-78 945,11
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		453,12	364,99
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-534,80	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		1,52	8,66
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		83,20	-356,33
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		100 000,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		15 861,94	10 159,78
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		115 861,94	10 159,78
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		99 105,02	-69 141,66
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		5 116,00	74 257,66
Caixa e seus equivalentes no fim do período		104 221,02	5 116,00

A Direção

Contabilista Certificado









CONTAS	DESCRIÇÕES	ANO INÍCIO UTILIZAÇÃO INVEST. (2)	VALOR TOTAL POR ENTIDADE E EMPREEND. (3)	TAXA DE AMORTIZ. (4)	VALORES ANUAIS DAS REDUÇÕES E DAS AMORTIZAÇÕES					SALDO VALOR LIQ. ANO N-1 (9)	MOVIMENTOS NO ANO			SALDO VALOR LIQ. ANO N (14)
					1.º AO 3.º ANO (5)	4.º e 5.º ANO (6)	6.º ANO (7)	7.º ao 9.º ANO (8)	A crédito					
									A débito (10)		Outros débitos recebimentos (11)	Outros créditos (12)	(13)	
593 5931	SUBSÍDIOS PIDDAC									0,00	0,00	0,00	0,00	
5932 5932	OUTROS OUTROS	2018 2019	390 000,00 100 000,00		7 800,00 2 000,00	7 800,00				366 600,00 96 000,00	7 800,00 2 000,00	0,00 0,00	0,00 0,00	358 800,00 94 000,00
	TOTAL SUBS. PARA OBRAS									462 600,00	9 800,00	0,00	0,00	452 800,00

Observações:

NOTA: O mapa deverá incluir todos os subsídios ainda por regularizar, assim como todos os investimentos por eles subsidiados e que ainda não estejam completamente amortizados.
 Em cada sub-conta só deverão ser registados os valores com origem na mesma "Entidade" e para o mesmo investimento (Empreendimento).
 As colunas para os valores das amortizações dos imobilizados e das reduções dos subsídios para os investimentos, deverão ser aumentadas no caso dos "Empreendimentos" incluírem imobilizados com mais taxas de amortização diferenciadas,

ATAS

ATA N.º 81


Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, pelas dez horas, reuniu a Direcção da Casa Sacerdotal da Diocese do Porto, estando presentes todos os seus elementos.-----

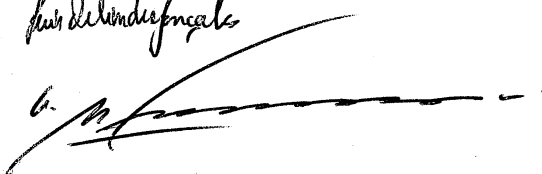
Ponto único: Apreciação e deliberação sobre as contas e relatório de gerência relativos ao ano de dois vinte e um.-----

Seguiu-se de imediato à análise do ponto único da ordem de trabalhos, tendo sido apresentadas todas as peças contabilísticas, destacando-se a conformidade destas com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo aplicável às Instituições Particulares de Solidariedade Social, constatando-se, após algumas considerações acerca do movimento da Instituição no ano em apreciação, que foi apurado o resultado negativo de nove mil e trinta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos, e bem assim que as referidas contas e o resultado apurado correspondem integralmente à realidade do exercício findo em trinta e um de Dezembro de dois mil e vinte e um.-----

Verificadas as contas e o resultado apurado, foi deliberado por unanimidade aprovar as contas do exercício de dois mil e vinte e um e afectar ao saldo da conta os resultados líquidos transitados.-----

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada, lavrando-se a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada por mim, Secretário e pelo Tesoureiro.-----


Luís Delgado Gonçalves



ATAS

Folha 14

ACTA NÚMERO TRINTA E UM DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA CASA SACERDOTAL DA DIOCESE DO PORTO

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu o Conselho Fiscal da Casa Sacerdotal da Diocese do Porto, na sede da mesma Casa Sacerdotal, na presença de todos os seus membros: Cónego João da Silva Peixoto, Padre Manuel Monteiro Mendes e Padre Emanuel António Brandão de Sousa, presidente e vogais respetivamente.-----

Em conformidade com o artigo sétimo, parágrafo segundo, dos Estatutos da Casa Sacerdotal da Diocese do Porto foram submetidas a apreciação as Demonstrações Financeiras da dita Casa Sacerdotal do ano de dois mil e vinte e um.-----

Explicadas e analisadas as referidas Demonstrações, com o saldo negativo de nove mil e trinta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos, o Conselho Fiscal deu parecer favorável.-----

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião da qual foi lavrada esta ata que, após lida e aprovada, vai ser assinada pelos presentes.-----

Presidente João da Silva Peixoto
Vogal Manuel Monteiro Mendes
Vogal Emanuel António Brandão de Sousa

Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de Prestação de Contas da Gerência do período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas da Casa Sacerdotal da Diocese do Porto, ao órgão competente para a verificação da sua legalidade que:

1. De acordo com o estabelecido pelo n.º 2, do Artigo 14º-A, do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro, as contas relativas ao exercício de 2021 foram publicitadas no sítio institucional eletrónico desta Instituição, www.casasacerdotalporto.com até 31 de maio de 2022.
2. De acordo com o estabelecido pelo Artigo 23º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro sempre que sejam realizadas obras de montante superior a 25.000,00 € a entidade está obrigada a adotar o Código dos Contratos Públicos, pelo que no exercício de 2021 a entidade:
 - Realizou obras superiores a 25.000 € e aplicou o Código dos Contratos Públicos.
 - Realizou obras superiores a 25.000 €, mas não aplicou o Código dos Contratos Públicos.
 - Não realizou obras superiores a 25.000 €, pelo que não se aplica o Art.º 23º
 - A entidade não recebeu apoios financeiros públicos, pelo que não se aplica o Art.º 23º

A Direção:

